

DESAFIOS DO CONTROLE SOCIAL: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Silmara Carneiro e Silva

Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa

Doutora em Serviço Social e Política Social pela UEL

Assistente Social

PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA/ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO:

- O que é o **Controle Social**?



- Quais os **desafios** para a afirmação de um **controle social democrático no contexto recente**?

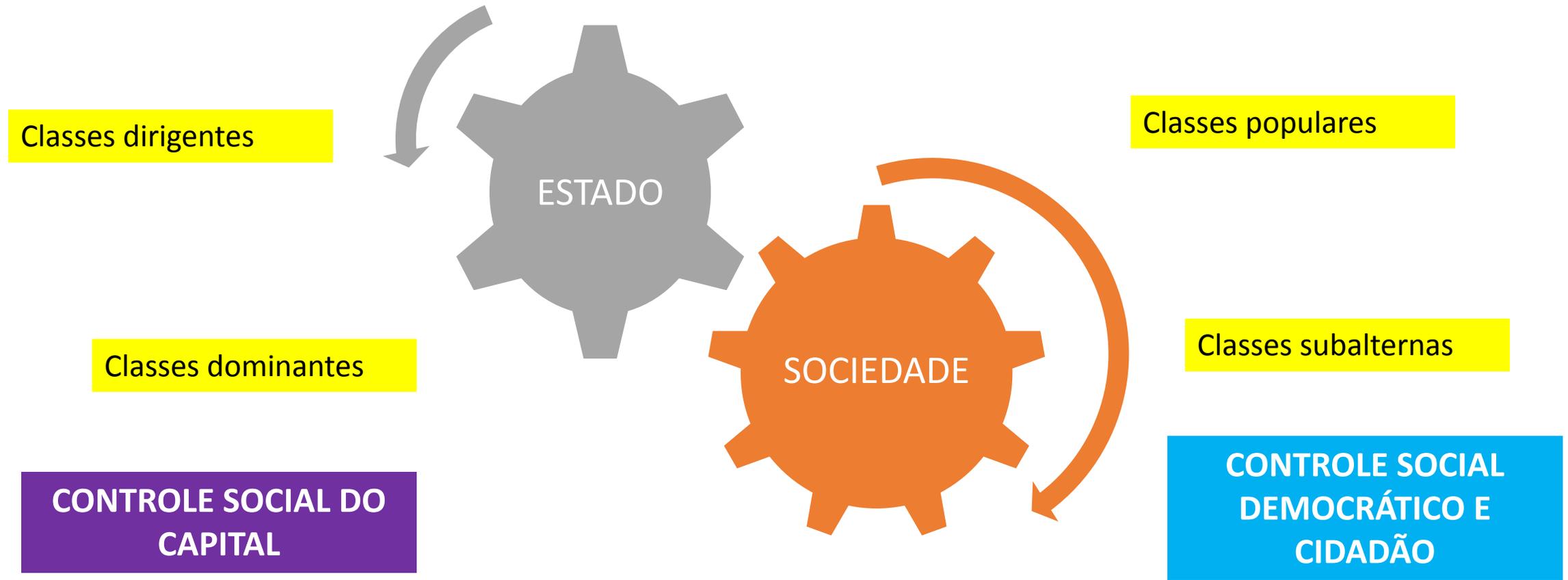


- O que considerar para o **planejamento e organização** do controle social numa perspectiva democrática e cidadã?



O controle social se inscreve na relação entre estrutura e superestrutura:

A cultura é a lógica interna definidora das relações



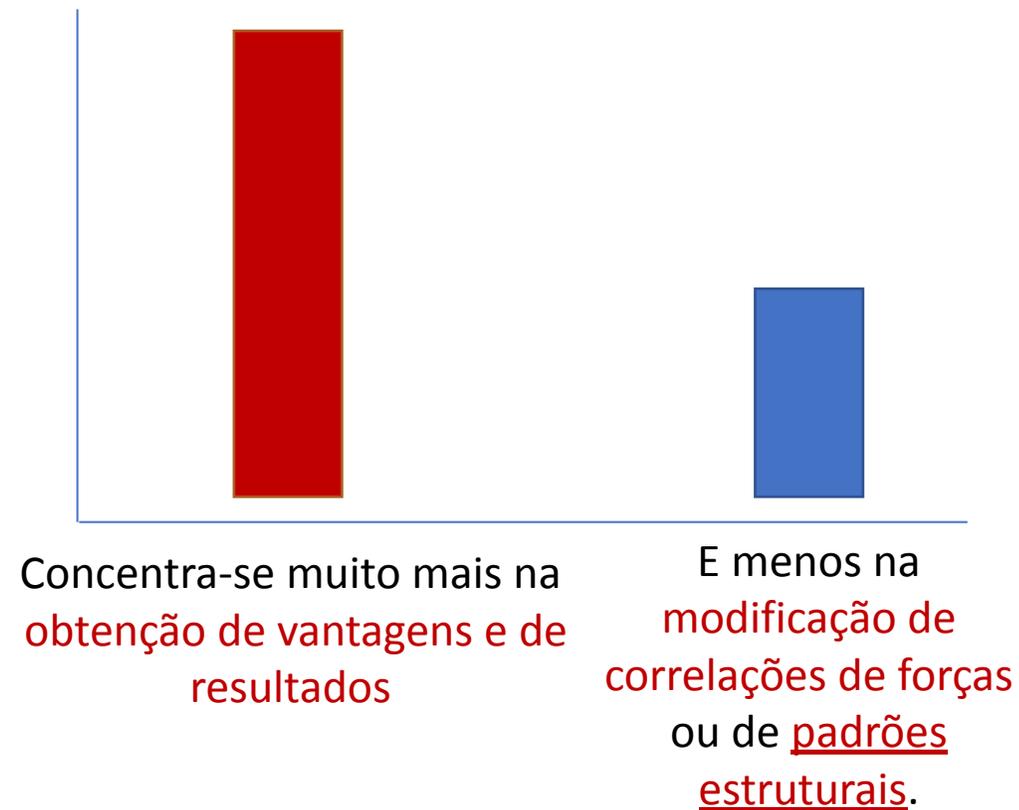
Política é a mediadora de interesses

A POLÍTICA DEMOCRÁTICA ENQUANTO FUNDAMENTO DO CONTROLE SOCIAL

- *Deve criar as condições institucionais, políticas e associativas* – para que os cidadãos:
 - 1 - controlem seus governos e participem deles,
 - 2 - cobrem responsabilidades dos diferentes atores do jogo social e
 - 3 - ponham em curso processos alargados de deliberação, de modo que se viabilizem lutas e discussões públicas em torno do como viver, do como governar e do como conviver.

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ SE DEDICA A . . .

- 1) *compartilhar decisões governamentais,*
- 2) *garantir direitos,*
- 3) *interferir na elaboração orçamentária ou a*
- 4) *fornecer sustentabilidade para certas diretrizes.*



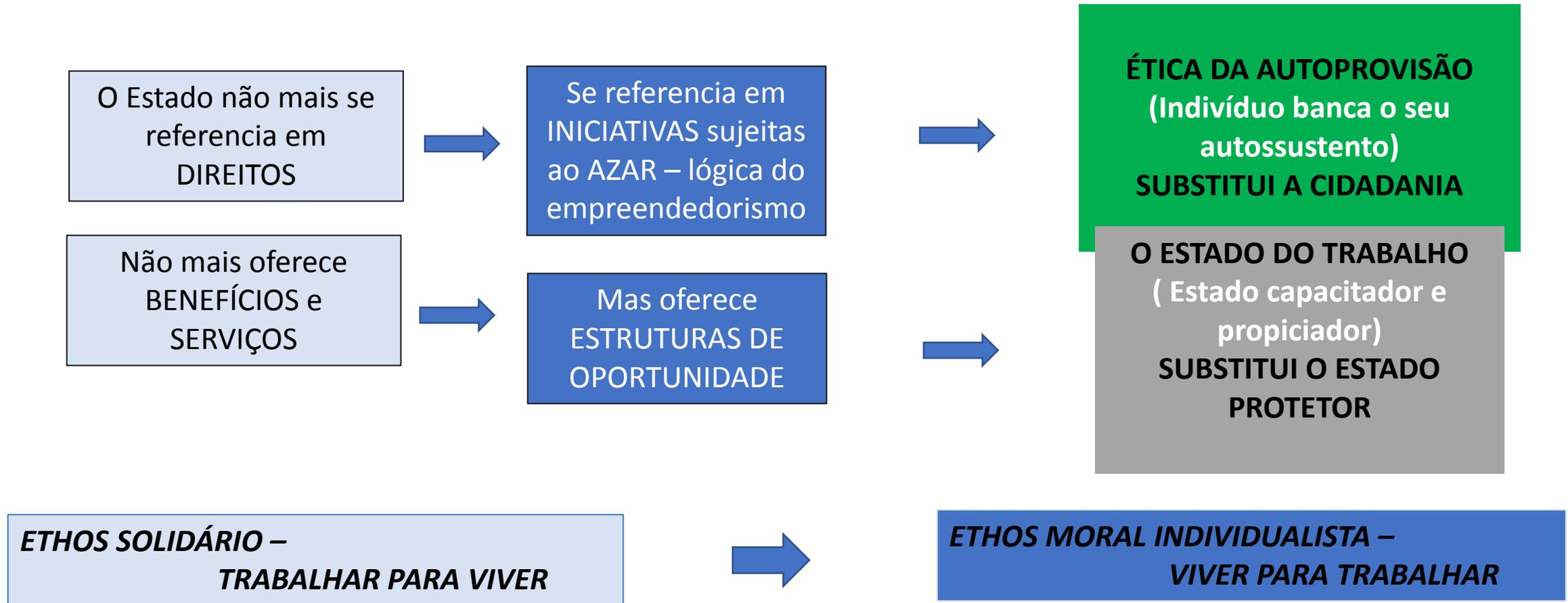
O controle social para a política de assistência social. . . O CONSELHO COMO ATOR FUNDAMENTAL

- É a **participação efetiva da sociedade organizada** (Conferências de Assistência Social, Conselhos de Assistência Social e Fóruns) na **definição, planejamento, implementação e avaliação** da Política Pública. No âmbito do SUAS, o controle social é fundamental para a sua implementação, devendo ser extensivo à gestão do trabalho. (BRASIL, Norma Operacional Básica- RH, 2011)



-
- Quais os desafios para a afirmação de um controle social democrático?
-

Do Estado de Bem-estar para o Estado do Trabalho – O declínio da proteção e da cidadania



(PEREIRA, 2020).

DIREITOS SOCIAIS VISTOS COMO CUSTO SOCIAL

- A política de Assistência Social, assim como as outras políticas sociais, vivencia um processo de regressão decorrente do recrudescimento do ideário neoliberal que propaga que os direitos sociais - **pautados como conquistas precárias, nunca generalizadas de forma definitiva (PISARELLO, 2007)**, - são considerados “custos sociais” que devem ser reduzidos ou eliminados em prol de assegurar a eficácia econômica e maior liberdade de circulação do capital. (QUEIROZ, 2022)

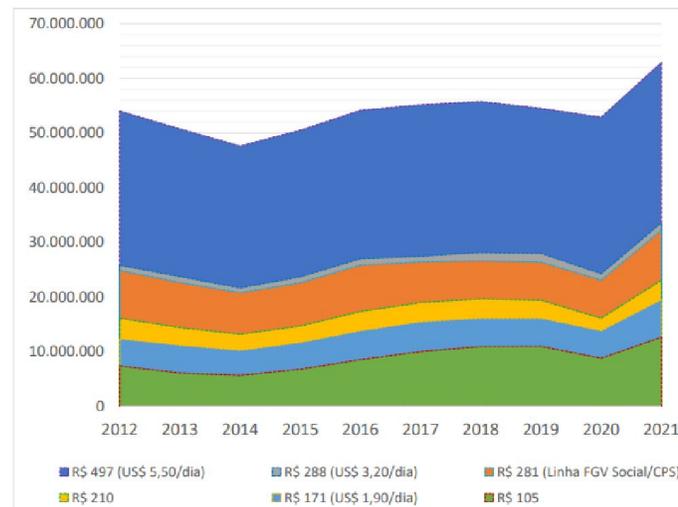
O DESCORTINAMENTO DE GRANDE PARCELA DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- No caso da política nacional de Assistência Social, a pandemia da COVID 19 “contribuiu para descortinar o véu de invisibilidade que cobria essa política pública para uma grande parcela da população que, abruptamente, viu-se impelida a buscar um dos serviços, benefícios ou programas ofertados no Sistema Único de Assistência Social para fazer frente aos riscos sociais a que foram acometidas.” (QUEIROZ, 2022, p. 93).

O AUMENTO DA POBREZA E DA FOME NO PAÍS

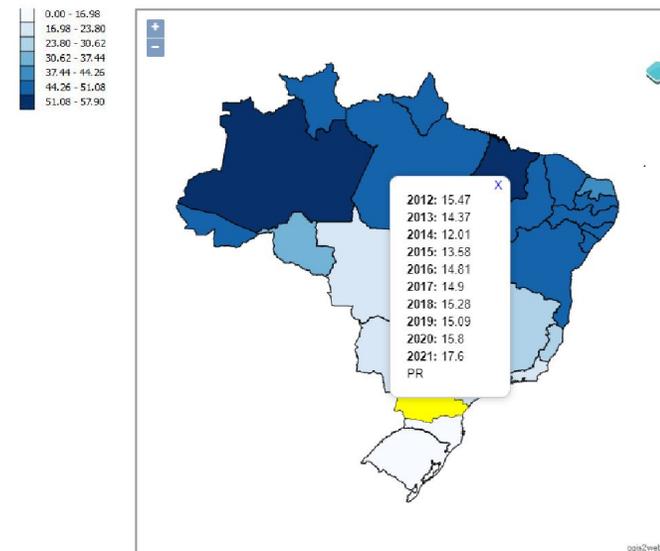
(%) População com renda abaixo de R\$ 497 (US\$ 5,50 ppp dia) – Brasil e Paraná - 2012 a 2021

População Pobre segundo Linhas de Pobreza*



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC-

OBS: * Linhas de pobreza expressas em termos mensais a preços do último trimestre de 2021.



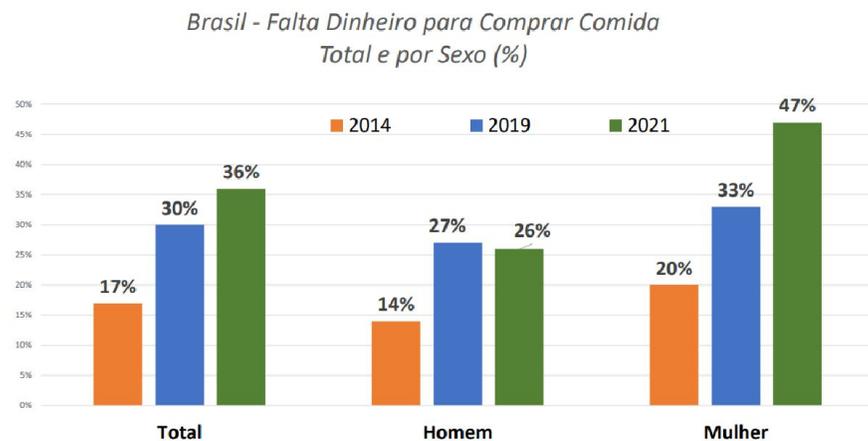
Fonte: FGV Social, elaboração própria a partir da PNADC/IBGE.

Segundo o Mapa da Nova Pobreza elaborado pela FGV, o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu **62,9 milhões de brasileiros em 2021**, cerca de **29,6% da população total do país**. (NERI, 2022).

No **Paraná** houve aumento de 2,13% de 2012 para 2021 e de 2,51% de 2019 a 2021, o que fez o Paraná sair da 4ª posição de menor população em situação de pobreza para a 9ª posição nacional.

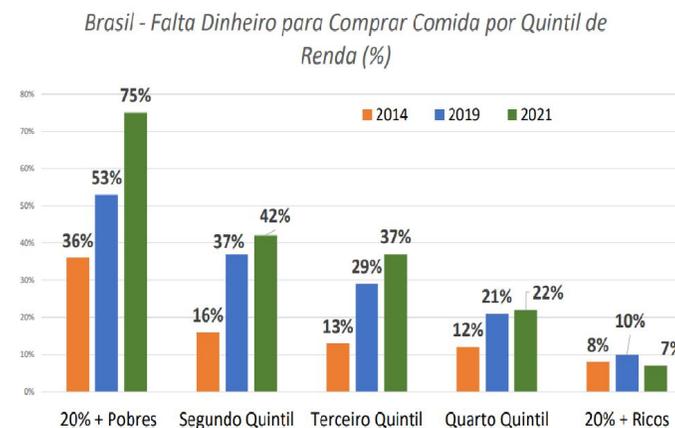
Cenário da insegurança alimentar no Brasil

Mudanças da Insegurança Alimentar: o Brasil em 2014, 2019 e 2021



Fonte: FGV Social a partir do processamento dos dados do Gallup World Poll

Mudanças da Insegurança Alimentar no Brasil 2014, 2019 e 2021 por Renda



Fonte: FGV Social a partir do processamento dos dados do Gallup World Poll

O aumento da insegurança alimentar entre os 20% mais pobres no Brasil durante a pandemia foi de **22 pontos percentuais, saindo de 53% em 2019 chegando a 75% em 2021**. Já os 20% mais ricos, experimentaram queda de insegurança alimentar de **3 pontos percentuais (indo de 10% para 7%)**.

Observou-se crescente e marcada assimetria de insegurança alimentar entre homens e mulheres no Brasil. De 2019 a 2021, houve **queda de 1 ponto percentual para homens** (cai de 27% para 26%) e **aumento 14 pontos percentuais entre as mulheres** (sobe de 33% para 47%).

A parcela de brasileiros que não teve dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento nos últimos 12 meses **subiu de 30% em 2019 para 36% em 2021, atingindo novo recorde da série iniciada em 2006**. (NERI, 2022).

O AUMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO PAÍS EM COMPARAÇÃO COM A MÉDIA SIMPLES MUNDIAL

- É a primeira vez desde então que a insegurança alimentar brasileira supera a média simples mundial.
- Comparando a média simples dos mesmos 120 países com o Brasil, antes e durante a pandemia, **a insegurança alimentar subiu 4,48 pontos percentuais mais aqui, que no conjunto de países** (aumento percentual quatro vezes maior no Brasil), sugerindo **ineficácia relativa de ações nacionais**. (NERI, 2022).

FEMINIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

- Antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos.
- Já o cenário com o AE nos valores de 2021 a leva a, respectivamente, 38%, 36%, 19% e 19%. Por sua vez, a taxa de extrema pobreza, antes da crise, era de 9,2% entre mulheres negras, 8,9% entre homens negros, 3,5% entre mulheres brancas e 3,4% entre homens brancos. (NASSIF-PIREZ; CARDOSO, OLIVEIRA, 2021).

O DESFINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Para o exercício do ano de 2021, o CNAS (BRASIL, 2020) aprovou indicativo de proposta orçamentária que previa 2,6 bilhões somente para o custeio dos serviços e ações socioassistenciais. Contudo, a PLOA 2021 foi aprovada com previsão orçamentária de 1,1 bilhão para as mesmas funções programáticas, ou seja, uma redução nas despesas discricionárias de 59,34%. (QUEIROZ, 2022, p. 95).
- PARA O EXERCÍCIO DE 2023: A **Redução na PLOA é de 96%**, o que significa rompimento com o pacto federativo na assistência social e na gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social, denuncia o FONSEAS. (FONSEAS, 2022).

Algumas questões problema que devem ser objeto de atenção prioritária

- Enfrentar o aumento da desigualdade social, da pobreza e da fome no país;
- A precarização das políticas públicas sociais mediante seu desfinanciamento;



- A defesa renda como um direito humano universal;
- A importância dos benefícios eventuais, em face do conjunto de outros benefícios;
- A priorização de recursos para a garantia da Segurança alimentar;
- Atenção à questão da feminização da fome e racialização da pobreza no Brasil.

Ações de controle social do CNAS

- Em 2019/2020 o Conselho Nacional aprovou trinta e cinco resoluções de cunho normativo e regulamentador, garantindo assim o compromisso deste colegiado com a Política Nacional de Assistência Social e com um Sistema Único de Assistência Social forte, republicano, democrático, participativo, transparente e empenhado na garantia dos direitos sociais, em conjunto com as demais políticas públicas.

***ATUAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO CNAS:**

Em 2019/2020 foram divulgados pelo colegiado cinco manifestos e notas sobre assuntos importantes referentes à Assistência Social, entre eles notas de repúdio alusivas ao déficit orçamentário da Política de Assistência Social no anos de 2017, 2018 e 2019, a Lei Orçamentária Anual - LOA não tem contemplado na plenitude os valores aprovados pelo Conselho para as Ações destinadas ao apoio à gestão e a execução dos serviços, programas e projetos ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

-
- O que considerar para o planejamento e organização do controle social numa perspectiva democrática e cidadã?
-

ELEMENTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO E CIDADÃO

- Vontade política para a sua existência;
- Abertura da estrutura administrativa para a sua efetivação;
- Criação e operacionalização dos instrumentos técnicos para a sua realização.

O QUE É PLANEJAR?

- A tarefa de planejar é um ato de antecipação que envolve um **processo contínuo e ininterrupto de acompanhamento do que foi planejado**, e, por vezes, exige que aconteça uma revisão face às mudanças que podem ocorrer ou ao aparecimento de novas agendas. (BRASIL, 2013)

O PLANEJAMENTO
DEVE SER:

INVENTIVO
REALISTA

PROGRAMÁTICO
ININTERRUPTO

FLEXÍVEL
PERIÓDICO

ESTRATÉGICO
(longo prazo)

TÁTICO
(médio prazo)

OPERACIONAL
(curto prazo)

PLANO
PLURIANUAL (PPA)

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
(LDO)

PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA
ANUAL (LOA)

Consciência
política

Certeza da
direção

Inventividade

O trato da
burocracia

Nos termos do parágrafo 2º art. 114 da Norma Operacional Básica NOB 2012 no exercício de suas atribuições os Conselhos

- **Normalizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, prestados pela rede socioassistencial.**
- Embora haja toda essa variedade de funções e atribuições para serem desempenhadas, os **Conselhos de Assistência possuem natureza política e não administrativa.**

ATENÇÃO: Cuidar para não se fortalecer como uma entidade cartorária e deixar de lado seu papel político, que é central!

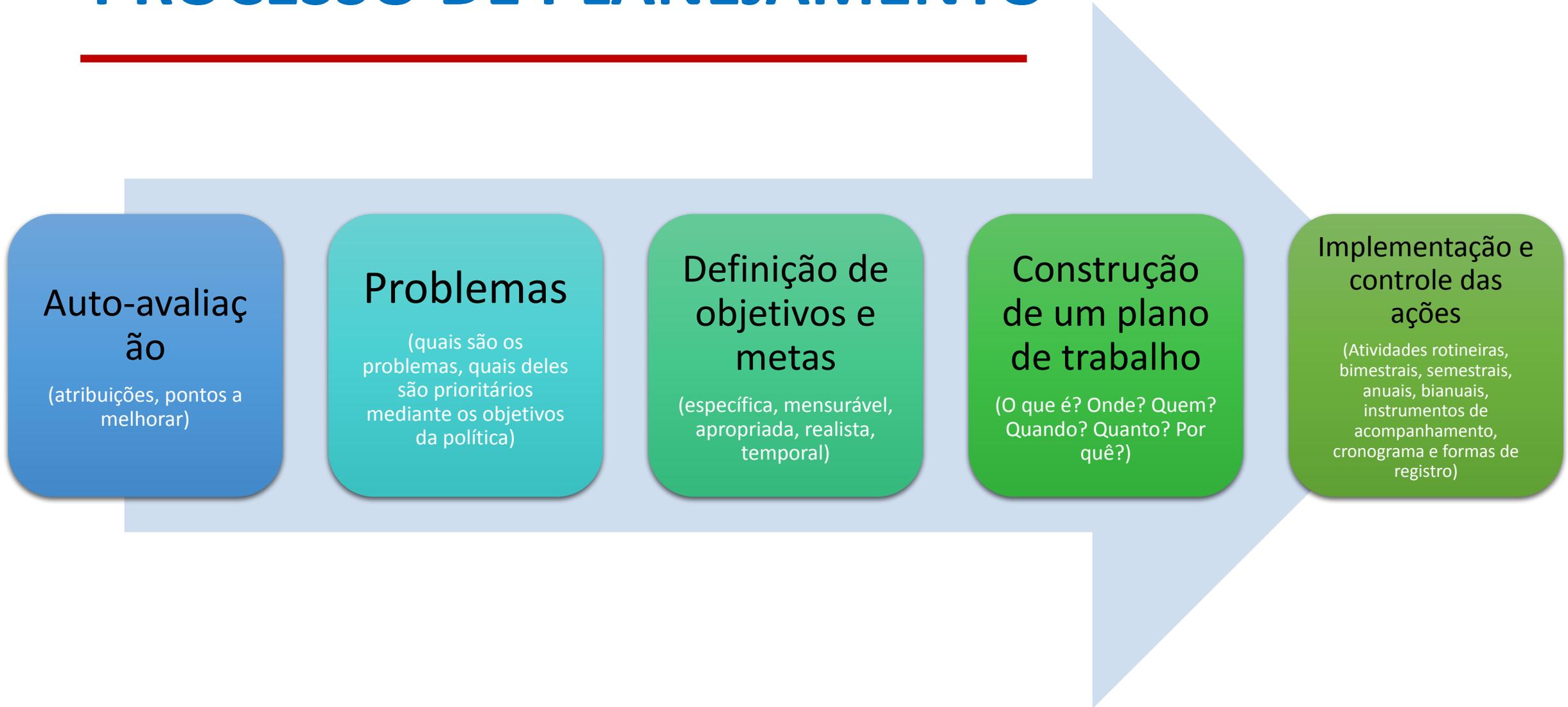
Atribuições e Instrumentos de organização para o funcionamento do conselho



Competências dos Conselhos



PROCESSO DE PLANEJAMENTO



Para concluir . . .

*“[...] a democracia não pode se abstrair da realidade e sua história. Suas formas, suas possibilidades, sua extensão e seus limites se acham condicionados historicamente. A democracia não é uma planta que floresça em qualquer terreno histórico e social”
(SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2001, p. 83).*

MUITO OBRIGADA!

Contato:

Silmara Carneiro e Silva

verdesilmara@yahoo.com.br

Referências

- BRASIL, Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH: Anotada e Comentada**. DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de Planejamento do Controle Social do SUAS**. Brasília: 2013.
- BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **Portfólio**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_3f58e8f864c44a56bc7a8402e44365f7.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.
- BRASIL, Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistências Social. **Manifestação do FONSEAS diante da redução em 96% de recursos para a assistência social no Projeto de Lei orçamentária 2023**. Disponível em: <http://fonseas.org.br/manifestacao-ploa-2023/>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- CALVI, Kéttini Upp. O controle social nos conselhos de políticas e de direitos. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 9-20, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Revista Educar**, Curitiba, n. 25, p. 143-174, 2005. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/er/a/cXLcVd4pVmrnsnMSqDjkTkB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- FILHO, Rodrigo de Souza. **Gestão Pública e Democracia: A burocracia em Questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luísa Cardoso; OLIVEIRA, Ana Luíza. Notas de Política Econômica – n. 10. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. São Paulo: MAD/USP, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/#:~:text=Antes%20da%20pandemia%2C%20a%20pobreza.%2C%2019%25%20e%2019%25>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- NERI, Marcelo C. “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais”. Rio de Janeiro: FGV Social, maio 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>. Acesso em 24 jul. 2022.
- NERI, Marcelo C. “Mapa da Nova Pobreza”, Marcelo Neri – 40 págs., Rio de Janeiro: FGV Social, RJ – junho/2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Potências, limites e seduções do poder**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Cortez, 2020.
- QUEIROZ, Cristiane Cruvinel. A Assistência Social sob o impacto do desfinanciamento federal em tempos de pandemia da Covid-19. **Sociedade em Debate**, (Pelotas), v. 28, n. 1, p. 89-99, 2022;
- SIMIONATTO, I. **O social e o político em Gramsci**. In: Gramsci : a vitalidade de um pensamento / Alberto Aggio (Org.) ; apresentação Leandro Konder. – São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998;
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánches. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.